

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOCENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS

WORK CONDITIONS AND TEACHER'S HEALTH IN PUBLIC SCHOOLS

Fernanda Figueiredo Rodrigues Chinellato de Lima¹

Virgínia Carvalho²

¹Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Mestre em Gestão Pública e Sociedade - UNIFAL-MG

²Doutora em Psicologia Social – Docente na UNIFAL-MG

Resumo: O estudo analisou a relação entre condições laborais e prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns (TMC) entre docentes da rede pública em Minas Gerais. Os participantes da pesquisa (438 docentes) responderam ao Questionário de Saúde Geral (QSG-12), à Escala de Avaliação de Danos Físicos e a um formulário sociodemográfico. As dores no corpo foram o agravo mais recorrente e mais frequente entre docentes efetivos e atuantes em mais de uma escola. O número de alunos por turma se correlacionou aos TMC e distúrbios biológicos, assim como se associaram a carga horária e as dores no corpo. Os achados fortalecem a noção de que a promoção da saúde docente deve envolver melhoria nas condições laborais.

Palavras-chave: Condições de Trabalho; Saúde Docente; Escola Pública.

Abstract: The study analyzed the relationship between work conditions and the prevalence of physical injuries and common mental disorders (CMD) among public school teachers in Minas Gerais. Research participants

(438 teachers) answered the General Health Questionnaire (QSG-12), the Physical Injury Assessment Scale and sociodemographic form. Body pain was the most recurrent and most frequent problem among permanent teachers working in more than one school. The number of students per class was correlated with CMD and biological disorders, as well as weekly workload and body pain were associated. The findings obtained strengthen the notion that promoting teacher health must involve improving working conditions.

Keywords: Work Conditions; Teachers' Health; Public Schools.

Resumen: El estudio analizó la relación entre las condiciones laborales y la prevalencia de lesiones físicas y trastornos mentales comunes (TMC) entre profesores de escuelas públicas de Minas Gerais. Los participantes de la investigación (438 profesores) respondieron el Cuestionario de Salud General (CSG-12), la Escala de Evaluación de Daño Físico y un formulario sociodemográfico. El dolor corporal fue el problema más recurrente y frecuente entre los docentes permanentes y los que trabajaban en más de una escuela. El número de estudiantes en la clase se correlacionó con los CMD y los trastornos biológicos, así como ha sido asociado la carga de trabajo y el dolor corporal. Los hallazgos refuerzan la noción de que la promoción de la salud de los docentes debe implicar la mejora de las condiciones laborales.

Palavras Chave: Condiciones de Trabajo; Salud Docente; Escuela Pública.

Introdução

O trabalho tem potencial na promoção da saúde, como condição estruturante para o desenvolvimento do indivíduo, fonte de reconhecimento social e de manutenção da sobrevivência, (SEMMER; MEIER; BEEHR, 2015). Ele modifica o mundo e o homem que o executa, visto que o homem se reconhece no seu trabalho e sofre transformações nesse processo e, nesse sentido, com base numa perspectiva integradora

69

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.

<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

do homem, a qualidade de vida e o bem-estar no contexto laboral devem ser almejados. Conforme destaca a Organização Mundial de Saúde, a qualidade das condições de trabalho impacta, não somente a saúde mental dos trabalhadores, como também os indicadores de rotatividade, desempenho e produtividade nas organizações (WHO, 2022).

Entre os profissionais da educação básica pública, alguns aspectos das condições de trabalho têm sido mencionados em associação com a manifestação de distúrbios psíquicos, como depressão, ansiedade, síndrome de *burnout* e transtornos mentais comuns (TMC) (BALDAÇARA et al., 2015; CARLOTTO, 2011; SCANDOLARA, et al, 2015; TOSTES et al., 2018); além de problemas físicos, como dores osteomusculares e alterações vocais, dentre outros (CEBALLOS; SANTOS, 2015; GOES; MASSON, 2020). O nexos causal entre o trabalho e os agravos de saúde do trabalhador, entretanto, não é algo de fácil constatação. Muitas vezes, são desconsiderados pelo próprio trabalhador como sendo situações inerentes ao ofício, deixando de ser dada a devida atenção, o que tende a ocasionar o agravamento do quadro (GOES; MASSON, 2020). Há ainda aqueles que não relatam senti-los, com receio da visão dos colegas, bem como de serem readaptados (ROSSI et al., 2019) e apenas quando o adoecimento atinge um patamar de severidade é que passam a admitir a sua existência (ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019).

Os TMC, em particular, que se constituem como distúrbios leves, indicativos de “alguma afecção da estrutura de vida psíquica do trabalhador” (BORGES; ARGOLLO, 2002, p. 18), se configuram como um tipo de adoecimento muito comum entre os docentes (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006; MACHADO; LIMONGI, 2019; PORTO et al., 2006; REIS et al., 2005; TOSTES et al., 2018). Assim como as dores osteomusculares, especialmente aquelas que acometem as costas, os membros superiores e inferiores, costumam ser recorrentes junto a essa categoria profissional (CARDOSO et al., 2009; GABANI et al, 2018; MANGO et al., 2012; RIBEIRO et al., 2011). Outros agravos de saúde também têm sido observados, diante do esforço da profissão, como doenças relacionadas ao aparelho respiratório, digestivo, do tecido conjuntivo, problemas alérgicos e de visão, varizes e perda auditiva

(DELCOR *et al.*, 2004; VITOR; SANTOS, 2014; SILVA, 2018; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009). Ademais, as pesquisas têm demonstrado que a sua manifestação entre os docentes costuma seguir uma tendência sazonal, conforme constatado por Araújo e Carvalho (2009), com o crescimento dos sintomas ao final do período letivo.

De fato, os problemas enfrentados pelos docentes da educação básica pública são temas que, por muito tempo, vêm sendo debatidos. As exigências para o exercício da profissão foram se consolidando com o passar dos anos, em descompasso com os benefícios, como carreira e remuneração, além da perda de autonomia e controle nos processos educacionais (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; MELO; CIRILO; PINTO, 2016).

Os baixos salários pagos à categoria foram contribuindo para aumentar a sobrecarga de trabalho, levando-os a acumular várias turmas letivas e em escolas diferentes, comprometendo, inclusive, os intervalos para descanso e refeições, visto que os utilizam para o deslocamento entre uma escola e outra (GOMES; BRITO, 2006). Não obstante, as pesquisas direcionadas ao adoecimento do professor, de acordo com Araújo, Pinho e Masson (2019, p. 1), “ainda mantêm a ênfase no indivíduo e na doença, com ausência ou abordagem limitada dos fatores do trabalho (processo e gestão do trabalho) no processo saúde/doença”.

Um exame da literatura mostra que a análise da relação entre as condições laborais, principalmente no que se refere à intensificação do trabalho e os agravos de saúde apresentados pelos docentes esteve presente em alguns estudos, como atestam as revisões empreendidas por Cortez *et al.* (2017) e Luz *et al.* (2019), os quais observaram que a intensificação da jornada e a carga de trabalho docente figuraram entre os fatores mais relevantes na produção de transtornos psicossomáticos. Também Assunção e Oliveira (2009) construíram reflexões acerca das consequências desse processo próprio do cotidiano laboral dos docentes da educação básica brasileira, que põe em risco a saúde dos profissionais. Cabe ainda citar pesquisas como a de Araújo *et al.* (2008) que analisaram a associação entre aspectos psicossociais do trabalho, esforço físico e sintomas de alterações vocais entre professores e de Cardoso *et al.*

71

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.

<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

(2011), que examinaram a relação entre aspectos psicossociais do trabalho e dor osteomuscular junto a esses profissionais.

Entretanto, a despeito de tais esforços, conforme apontam Araújo, Pinho e Masson (2019), o desenho dessa relação demanda maior elaboração, no intuito de clarificar as formas por meio das quais o adoecimento docente é socialmente produzido, facilitando a proposição de medidas corretivas que visem soluções em âmbito coletivo. Nesse sentido, observa-se que uma lacuna existente nas pesquisas reside na ausência de focalização conjunta das facetas física e psíquica do adoecimento docente, ao examinar sua relação com as condições de trabalho.

Outro aspecto que já era destacado por Souza e Leite (2011) é o fato de que boa parte das pesquisas voltadas à análise da relação entre trabalho e saúde docente tende a se restringir ao levantamento da autopercepção dos respondentes ao analisar suas condições de trabalho, no que alertavam para a necessidade de se contemplar variáveis objetivas, que descrevam situações concretas no contexto laboral.

Com base nessas considerações e visando ao desenho de um quadro mais compreensivo no exame da referida relação, foi objetivo do presente estudo analisar a associação entre alguns aspectos das condições de trabalho e a prevalência de danos físicos e transtornos mentais comuns entre docentes da educação básica da rede estadual de ensino, atuantes na região Sul de Minas Gerais. Com esse propósito, foram eleitas como variáveis de análise o tipo de vínculo empregatício dos docentes, o número de escolas em que atuavam, o número de alunos por sala de aula e a carga horária semanal de trabalho.

Método

O presente estudo, de caráter descritivo e quantitativo, fez uso de corte transversal e consiste em uma das produções derivadas do projeto de pesquisa intitulado Docentes e Saúde Psíquica no Trabalho. Sua população foi constituída por 790 docentes da rede estadual de ensino básico lotados em 20 escolas na região Sul de Minas Gerais, sendo a amostra, não probabilística, por conveniência (acidental) composta por 438 desses docentes, provenientes de 19 escolas. A maioria dos

72

LIMA,.F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.

<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

respondentes relatou idade entre 31 a 50 anos (67,7%), sendo do sexo feminino (73,7%), casada (58,1%), com rendimento mensal entre 1 a 5 salários mínimos (89,7%), pós-graduada (55,5%), tendo vínculo efetivo de trabalho (63%) e tempo de docência de 14,52 anos (DP= 8,45). A atuação em mais de uma escola foi indicada por 53,2% dos participantes da pesquisa, sendo o número médio de alunos 34,14 por turma (DP= 6,74) e a carga horária média de 29,44 horas semanais (DP= 12,16).

As informações da pesquisa foram coletadas com o auxílio de três instrumentos, a saber: o Questionário de Saúde Geral (QSG-12); um questionário estruturado a partir dos itens que compõem o fator Danos físicos da Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), que faz parte do Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA (MENDES; FERREIRA, 2007) e um formulário sociodemográfico e laboral.

O QSG é um instrumento para aferição da saúde psíquica das pessoas, criado por Goldberg, em 1972, na Inglaterra. Em sua primeira versão possuía 60 itens (GOUVEIA *et al.*, 2000). Diante da sua ampla utilização, foram desenvolvidas versões mais reduzidas do instrumento, contendo 30, 28 e 12 itens, as quais, apesar de não avaliarem as mesmas dimensões do instrumento original, têm apresentado índices de consistência interna satisfatórios, o que denota boa confiabilidade (GOUVEIA *et al.*, 2000). O QSG-12 é composto por 12 perguntas, com quatro opções de resposta, numa escala do tipo Likert de 0 a 3 pontos, que avalia a intensidade com que sintomas e comportamentos indicativos de transtornos psíquicos leves são experimentados pelos respondentes. Trata-se de instrumento de uso frequente na pesquisa epidemiológica no campo de saúde mental e trabalho, tendo em vista a facilidade de sua aplicação, visto que sucinto e prático de responder, de modo que auxilia no diagnóstico clínico de TMC, sendo utilizado na triagem médica (SÁ JÚNIOR; WANG, 2016).

Na avaliação dos escores obtidos, o ponto de corte de $\frac{3}{4}$ foi observado, visto que tem sido normalmente adotado para definir a ocorrência de transtornos mentais comuns (SÁ JÚNIOR; WANG, 2016). O QSG-12 foi objeto de estudos de validação no Brasil por vários autores (e.

73

LIMA,.F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.

<http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa>

g. SARRIERA; SCHWARCZ; CÂMARA, 1996; BORGES; ARGOLLO, 2002), tendo sido aqui adotada a versão avaliada por Borges e Argollo (2002). A solução unifatorial foi utilizada para a análise das informações levantadas, pois, embora não haja um consenso na literatura sobre o tema, algumas pesquisas indicaram ser essa a melhor alternativa de análise das informações obtidas por meio desse instrumento (GOUVEIA *et al.*, 2003; GOUVEIA *et al.*, 2012).

O questionário estruturado a partir do fator denominado Danos físicos (que é parte da EADRT) (MENDES; FERREIRA, 2007) traz questões que viabilizam um mapeamento geral dos sintomas físicos mais recorrentes entre os trabalhadores, mostrando-se útil para um diagnóstico de natureza mais abrangente do adoecimento físico no trabalho. Apresenta um total de 12 itens, respondidos em uma escala de sete pontos, que visa a avaliar os danos provocados pelo trabalho nos últimos três meses, sendo a enumeração de 0 (nenhuma vez) até 6 (seis ou mais vezes). Uma modificação no enunciado da escala foi feita, no sentido de mensuração dos danos nos últimos seis meses, com vistas a atender as recomendações da Associação Internacional para o Estudo da Dor, no que concerne ao período que deve ser observado para avaliação dos sintomas, conforme mencionado por Gabani *et al.* (2018).

A classificação dos resultados da escala é dividida em quatro níveis, dado que a repetição da ocorrência dos sintomas de forma moderada já indica adoecimento, sendo acima de 4,1 (mais negativa, indicando a presença de doenças ocupacionais), entre 3,1 e 4,0 (entre moderada e frequente, com indicativo de gravidade), entre 2,0 e 3,0 (moderada, próximo a nível crítico) e abaixo de 1,9 (mais positiva, em nível suportável).

As evidências de validade desse instrumento foram testadas em estudo de Carvalho e Santos (2021), que indicou a exclusão de dois itens e o agrupamento das demais questões em dois fatores. O primeiro deles, denominado dores no corpo ($\alpha = 0,85$) envolveu a mensuração de 5 itens que se referiam a dores no corpo, nos braços, na cabeça, nas costas e nas pernas e o segundo, referido como distúrbios biológicos ($\alpha = 0,78$) compreendeu outros 5 itens abordando distúrbios digestivos, alterações

74

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.

<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

de apetite, distúrbios na visão, alterações do sono e distúrbios circulatórios. Tal solução bifatorial foi aqui adotada para orientar as análises relativas aos danos físicos no presente estudo.

O formulário sociodemográfico e laboral foi o instrumento que levantou questões do perfil dos participantes e das condições de trabalho. Envolveu itens como idade, sexo, estado civil, renda, nível de escolaridade, tempo de atuação como docente, tipo de vínculo empregatício, níveis de ensino em que o docente atua, número de escolas em que o docente atua, número de alunos por turma e carga horária semanal de trabalho.

A coleta das informações foi realizada no primeiro semestre de 2019, sendo a maioria dos questionários respondidos entre os meses de fevereiro e março, e para sua efetivação foram realizados agendamentos pré-estabelecidos pelas direções das escolas que se dispuseram a participar do estudo.

Os questionários utilizados foram impressos e distribuídos aos respondentes em momentos de reunião nas escolas, acompanhados das devidas instruções para o preenchimento. Àqueles que se dispuseram a participar, foi requisitada a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, sendo informados quanto ao registro do projeto no comitê de ética da Universidade Federal de Alfenas (CAAE nº 04756518.9.0000.5142). Após a conclusão do processo foi obtido um total de 452 questionários, dos quais 14 foram descartados por não terem sido preenchidos adequadamente, resultando no número final de 438 questionários válidos.

O programa SPSS (*Statistics Package for Social Science*) em sua versão 21 foi utilizado para a análise estatística das informações coletadas, as quais envolveram procedimentos descritivos, como cálculos de média, desvio padrão e frequência, bem como estatísticas inferenciais, como o teste t e a análise correlação, que possibilitaram examinar a relação entre os aspectos das condições de trabalho em análise e os indicadores de adoecimento docente.

Resultados

Para traçar a relação entre as condições de trabalho e a prevalência dos transtornos mentais comuns e danos físicos dentre os docentes, o estudo partiu da análise das informações gerais de todos os participantes, para depois retratar as especificidades das relações entre as variáveis (tipos de vínculo empregatício, número de escolas em que os docentes trabalhavam, número médio de alunos por turma e carga horária semanal em sala de aula).

A análise da distribuição de frequência dos indicadores de adoecimento físico e psíquico dos docentes apontou que 6,6% dos respondentes apresentaram escore indicativo de transtornos mentais comuns, uma vez que se situaram acima do ponto de corte de $\frac{3}{4}$ (correspondente ao escore de 2,2). Ainda foi constatado, com respeito aos danos físicos relacionados ao trabalho, que 13,9% dos participantes da pesquisa obtiveram escore acima do ponto de corte de 4,1, indicativo de doenças ocupacionais, sendo que 14,4% deles relataram sintomatologia relativa aos distúrbios biológicos e 40,2%, às dores no corpo. Desse modo, os resultados foram indicativos de que as dores no corpo consistiram no tipo de agravo mais problemático entre os participantes da pesquisa.

Tomando, por sua vez, a análise comparativa dos escores médios encontrados para os grupos de docentes atuantes em uma escola e duas ou mais escolas, em relação aos sintomas de TMC, dores no corpo e distúrbios biológicos, o teste *t* de Student foi utilizado (Tabela 1). O escore médio encontrado para o grupo de docentes que atuava em duas ou mais escolas foi superior, tanto no que se referiu aos TMC, quanto aos danos físicos, de modo geral.

A significância estatística de tal diferença, todavia, só foi constatada em relação aos TMC, haja vista o resultado do teste indicar resultado de probabilidade muito próximo ao limite de tolerância ($p=0,056$), tornando viável assumir a distinção na manifestação de sintomas relativos a esse

tipo de distúrbio de forma relacionada ao acúmulo de funções em duas instituições.

Tabela 1. Comparação dos escores em TMC, dores no corpo e distúrbios biológicos entre docentes de acordo com sua atuação em uma ou mais instituições.

Fatores de análise	Uma Escola Média (DP)	Duas ou mais escolas Média (DP)	Valor de <i>t</i>	Valor de <i>p</i>
TMC	1,05 (0,60)	1,16 (0,62)	-1,91	0,056
Dores no corpo	3,37 (1,78)	3,52 (1,72)	-0,87	0,38
Distúrbios biológicos	1,99 (1,64)	2,13 (1,53)	-0,86	0,39

Fonte: Pesquisa de campo

Legenda: DP = Desvio padrão; *t* = Valor estatístico do teste *t*; *p* = significância estatística da análise.

No que concerne à condição dos respondentes em termos de vínculo empregatício na rede estadual, a observação dos escores médios para os sintomas de TMC e de danos físicos denotou que estes foram maiores entre os docentes efetivos (Tabela 2) em comparação com aqueles em regime de contratação temporária. Nesse aspecto, foi constatada diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre as médias referentes aos sintomas de TMC e de dores no corpo, o mesmo não ocorrendo em relação aos distúrbios biológicos.

Tabela 2. Comparação dos escores em TMC, dores no corpo e distúrbios biológicos entre docentes de acordo com o tipo de vínculo empregatício.

Fatores de análise	Efetivo Média (DP)	Contratação temporária Média (DP)	Valor de <i>t</i>	Valor de <i>p</i>
TMC	1,16 (0,61)	1,04 (0,63)	1,91	0,03

Dores no corpo	3,58 (1,74)	3,28 (1,77)	1,65	0,05
Distúrbios biológicos	2,10 (1,58)	2,05 (1,60)	0,35	0,36

Fonte: Pesquisa de campo

Legenda: DP = Desvio padrão; t = Valor estatístico do teste t ; p = significância estatística da análise.

Ainda, com o objetivo de avaliar a relação entre a manifestação de sintomas de TMC e danos físicos com o número médio de alunos por turma e também com a carga horária semanal em sala de aula dos respondentes, foi realizada análise de correlação (Tabela 3). Os resultados indicaram associação positiva fraca entre o número de alunos por turma com TMC e distúrbios biológicos ($r = 0,14$ e $r = 0,12$; $p < 0,01$ e $p < 0,05$, respectivamente), retratando que turmas maiores tendem a ser mais desgastantes para a saúde dos professores.

Tabela 3. Correlação entre os escores em TMC, dores no corpo e distúrbios biológicos e as variáveis número médio de alunos por turma e carga horária semanal em sala de aula.

Fatores de análise	TMC	Dores no corpo	Distúrbios biológicos
Número médio de alunos por turma	$r=0,14$ ($p<0,01$)	$r=0,05$ ($p>0,05$)	$r=0,12$ ($p<0,05$)
Carga horária semanal em sala de aula	$r=0,02$ ($p>0,05$)	$r=0,11$ ($p<0,05$)	$r=0,01$ ($p>0,05$)

Fonte: Pesquisa de campo

Legenda: r = coeficiente de correlação de Pearson; p = significância estatística da análise.

Observou-se também, no que diz respeito à carga horária semanal em sala de aula, a existência de associação positiva fraca com dores no corpo ($r = 0,11$, $p < 0,05$), sinalizando que estas últimas tendem a serem crescentes conforme aumentam as exigências físicas do ofício, como por

exemplo, permanecer por muito tempo de pé, escrever e apagar a lousa, se curvar para atender aos discentes nas carteiras, dentre outras.

Discussão

Os resultados apontaram baixa prevalência de TMC, o que seria de certa forma esperado, considerando-se o período de coleta das informações (início do ano), após afastamento das atividades de sala de aula por mais de 40 dias; já que a intensificação do trabalho docente traz efeitos mais perceptíveis sobre a saúde ao final dos semestres (DELCOR, 2004; GOMES; BRITO, 2006). Por essa razão, a prevalência de tal distúrbio junto a 6,6% dos participantes nesse período do ano é um resultado sinalizador de que os níveis de desgaste para esses sujeitos não foram possíveis de ser revertidos nem mesmo durante as férias escolares. A diferença no percentual observado em relação àqueles referidos em pesquisas que realizaram coleta em outros períodos do ano foi expressiva, já que indicaram prevalência de 41,5 % (DELCOR *et al.*, 2004), 44% (PORTO *et al.*, 2006) e 55,9% (REIS *et al.*, 2005).

Cabe, ainda, mencionar o estudo de Tostes *et al.* (2018), que levantaram informações ao longo de um ano (janeiro de 2014 a março de 2015) e observaram prevalência muito elevada de TMC, da ordem de 75,27%. Assim, o resultado aqui obtido traz uma nova perspectiva do problema, ao vislumbrá-lo em momento específico do ciclo de trabalho desses profissionais, o qual não tem sido coberto por outras pesquisas. Estudos futuros podem confirmar se essa foi uma tendência típica dos participantes aqui analisados ou se tal resultado tende a se repetir junto a outros docentes abordados nos meses iniciais do ano, pouco depois do retorno de suas férias, já que se trata de informação relevante para análise da prevalência de TMC entre os docentes.

Dentre os danos físicos, as dores no corpo foram mais representativas que os distúrbios biológicos, corroborando estudos que retrataram a frequência desse tipo de sintoma entre os docentes

(ARAÚJO; CARVALHO, 2009; GABANI *et al.*, 2018; MANGO *et al.*, 2012; RIBEIRO *et al.*, 2011). A porcentagem dos que estiveram acima do ponto de corte que indica adoecimento ocupacional (4,1), foi muito expressiva (40,2%) e preocupante, especialmente considerado o período de coleta das informações, permitindo inferir que tende a alcançar níveis ainda superiores a esse no decorrer do ano letivo. A título de comparação, estudo de Gabani *et al.* (2018) junto a docentes da educação básica identificou que 42,6% deles relataram dor crônica, sendo as informações levantadas em dois períodos do ano (agosto a dezembro e fevereiro a junho). Já pesquisas como as de Ceballos e Santos (2015) e Cardoso *et al.* (2009), que relataram prevalência de dor musculoesquelética da ordem de 73,5% e 55%, respectivamente, não indicaram a época em que os dados foram levantados, dificultando o estabelecimento de comparações.

No que se refere aos distúrbios biológicos, cuja análise envolveu os distúrbios digestivos, alterações de apetite, distúrbios na visão, alterações do sono e distúrbios circulatórios, a prevalência de 14,4% não foi tão elevada quanto aquela relacionada às dores no corpo, contribuindo para fortalecer a noção de que essas últimas se encontram entre os sintomas de adoecimento físico mais comuns entre os docentes da educação básica no Brasil (GABANI *et al.*, 2018; MANGO *et al.*, 2012; RIBEIRO *et al.*, 2011).

Ademais, cumpre pontuar que a sintomatologia avaliada pelas questões que mensuraram os distúrbios biológicos foi contemplada em poucas pesquisas. Apenas no que concerne aos distúrbios do sono, é possível considerar que se deve observar a questão com cautela, diante de estudos anteriores, também realizados junto a docentes da rede pública em Minas Gerais, que apresentaram percentual de 46,7% da amostra com sono irregular (VALLE, REIMÃO, MALVEZZI, 2011) e 15,3% utilizando medicamentos para dormir (MACHADO, LIMONGI, 2019). Aliado a esse fato, os achados de Gabani *et al.* (2018) observaram que as dores nos membros inferiores e superiores estiveram associadas à dificuldade no sono, conduzindo a inferir a possibilidade de alguma relação entre as dores no corpo e os distúrbios biológicos aqui abordados.

Tomando-se os resultados relativos à associação de aspectos das condições de trabalho com a manifestação de TMC e danos físicos, tem-se que os maiores escores médios para sintomas de TMC entre docentes que atuavam em duas ou mais escolas propicia reflexões sobre como a sobrecarga de trabalho; a redução do tempo de descanso intrajornada, em virtude do tempo gasto com deslocamentos; bem como cansaço decorrente da locomoção entre as escolas, em virtude de esforço físico para caminhar, ou mental, diante da concentração exigida no trânsito nas cidades, geram sofrimento mental a esses profissionais. Não obstante a relevância desse achado, observa-se, em exame da literatura, que tal relação foi explorada em poucos estudos, como os de Gasparini, Barreto e Assunção (2006) e de Machado e Limongi (2019), os quais não identificaram associação entre TMC e atuação em mais de uma escola. Entretanto, Machado e Limongi (2019) a identificou em relação ao trabalho em dois turnos, reforçando a noção do impacto da intensificação da jornada para a deterioração da saúde mental.

Considerando-se a análise comparativa por tipo de vínculo, que mostrou serem os docentes efetivos aqueles que obtiveram escores médios mais elevados para a sintomatologia de TMC e de dores no corpo, ao contrário do esperado, dada a condição de estabilidade no emprego, algumas ponderações são necessárias. É compreensível que a condição de permanência em um trabalho precarizado, para o qual não se vislumbra um horizonte de mudanças em termos de investimento na educação e de valorização do profissional que nela atua, contribua para desencadear sofrimento mental, além de dores osteomusculares, haja vista as exigências a que se submetem o professor para o desempenho de sua função.

Na concepção de Machado e Limongi (2019) que obtiveram achado semelhante em relação aos TMC, também junto docentes atuantes na rede estadual mineira, isso seria explicado em razão de certa estagnação profissional e perda do interesse do melhor desempenho da profissão, diante da falta de perspectivas na carreira para os professores efetivos. De fato, o descompasso das exigências do governo mineiro com os benefícios, como carreira e remuneração, já foi retratada em diversas

pesquisas (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; MELO; CIRILO; PINTO, 2016), fatores estes que podem tornar os docentes estáveis mais suscetíveis aos TMC, visto que os esforços envidados para atingir estabilidade e renda não permitiram alcançar os objetivos visados, gerando sentimento de frustração e apatia. Por essas mesmas razões, se veem na necessidade de acumular cargos para melhorar os níveis de rendimento, o que certamente se reflete no aumento de tensões, tornando-os mais predispostos às dores no corpo.

Os achados concernentes à associação entre carga horária semanal em sala de aula e ocorrência de dores no corpo fortalecem tal raciocínio. Ademais, alguns fatores devem ser considerados, como o fato da média de horas retratada pelos participantes ser referente ao trabalho em sala de aula, desconsiderando as atividades extraclasse, inerentes ao ofício docente, como preparação das aulas, correção de trabalhos e provas, dentre outras. Nesse aspecto, o estudo corroborou pesquisas anteriores, como a de Gasparini, Barreto e Assunção (2006) e Albuquerque *et al.* (2018) que não constataram a associação dos TMC e a carga horária de trabalho. Ratificou, ainda, outras que retrataram a relação desta com as dores no corpo (CARDOSO *et al.*, 2009; ARAÚJO; CARVALHO, 2009), decorrentes da intensificação da jornada e dos esforços físicos realizados no trabalho, como a permanência em pé por tempo excessivo e a postura inadequada.

A relação entre o tempo e o tipo de trabalho docente com a dor musculoesquelética foi bem retratada no estudo de Sanchez *et al.* (2013), que, embora tenha focalizado os docentes do ensino superior, explicam que o trabalho em pé por tempo prolongado aumenta a pressão hidrostática do sangue nas veias dos membros inferiores e restringe a circulação linfática nas extremidades inferiores, e que os movimentos repetitivos, como na correção de provas e exercícios, apagando a lousa e em computador, causam dor e desgaste aos tecidos musculares, bem como coluna cervical, lombar, membros superiores e inferiores, sendo, inclusive, seguidas de cefaleia.

Ainda, no que se refere à correlação positiva do número de alunos por turma com TMC e distúrbios biológicos, observada no presente

82

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.

<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

estudo, vale destacar que o quantitativo de discentes costuma trazer repercussões diante dos desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, que envolve desde aspectos individuais de cada aluno até as lacunas de aprendizagem que costumam carregar das séries anteriores, demandando maiores esforços dos docentes no sentido de alcançar bons níveis de rendimento. Apesar de que os coeficientes obtidos tenham sido indicativos de uma fraca associação entre as referidas variáveis, trata-se de um aspecto merecedor de atenção, de modo que abordar a questão através de um corte longitudinal poderia trazer balizas mais precisas da real influência do quantitativo de alunos na saúde docente ao longo do tempo, considerando, portanto, possível a relação entre o esforço na transmissão do conteúdo, bem como controle de sala de aula indica, no senso comum, com o maior desgaste físico e psicológico, como demonstrado nas pesquisas de Albuquerque *et al.* (2018), Tostes *et al.* (2018) e Valle, Reimão e Malvezzi, 2011.

Por fim, considerando os resultados de uma forma geral, pode-se afirmar que a pesquisa apresentou contribuições para o estudo da relação entre as condições de trabalho e a saúde docente, ao congregar variáveis que analisaram aspectos físicos e psíquicos do processo de adoecimento e ao avaliar elementos objetivos do contexto laboral dos participantes. Nesse aspecto, atendeu a uma das proposições colocadas por Souza e Leite (2011), no sentido de não se restringir à autopercepção dos professores na análise das condições de trabalho, uma vez que focalizou variáveis que descrevem as situações de vida concreta deles. Além disso, ao explicitar a relação entre a sintomatologia de TMC com a atuação em mais de uma instituição (intensificação da jornada), com o número de alunos por turma e com o vínculo empregatício, bem como a de dores no corpo com a forma de contratação (efetivo) contribuiu para refutar a lógica de individualização e responsabilização na análise do processo saúde-doença-cuidado docente.

Considerando-se o período de realização da coleta de informações para a realização do presente estudo, no início do ano letivo, após longo período de afastamento das salas de aula, entende-se que também contribuiu no sentido de oportunizar a análise a partir de uma perspectiva

diversa daquela adotada na maioria dos estudos, trazendo a possibilidade de enxergar a problemática da sazonalidade no adoecimento docente em outro momento do seu ciclo de trabalho.

É preciso reconhecer, por fim, reconhecer as limitações do estudo, principalmente, por ter adotado corte transversal, abrangendo apenas os docentes presentes à época da aplicação dos questionários, desconsiderando, portanto, os afastados por adoecimento. Nesse sentido, seria interessante reavaliar a situação através de um estudo longitudinal, em especial, por considerar que os agravos ora analisados são, em sua maioria, pertinentes a doenças crônicas.

Além disso, deve ser considerado o fato do estudo ser quantitativo, podendo pesquisas futuras se beneficiar de desenhos qualitativos, a fim de complementar as informações levantadas enriquecendo a compreensão do quadro. Deve-se pontuar, ainda, que a avaliação da carga horária semanal contemplou apenas o tempo despendido em sala de aula, não considerando as demandas que se estendem nas atividades extraclasse, as quais merecem ser avaliadas em estudos futuros.

A despeito de suas limitações, todavia, os achados obtidos fortalecem a noção de que a promoção da saúde docente não prescinde dos investimentos em educação, principalmente em termos de valorização do trabalhador, com melhorias nas condições laborais, aptas a garantir um trabalho sadio aos docentes, permitindo minimizar o agravamento dos sintomas já existentes dentre os trabalhadores, bem como evitar a ocorrência de novos casos relacionados aos danos físicos e transtornos mentais comuns, através de políticas públicas concretas, visto que os achados aqui discutidos não retratam uma realidade nova, conforme retratado nas diversas pesquisas reportadas no presente artigo, demonstrando, portanto, que ainda permanece um problema em aberto.

Referências

84

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.
<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

ALBUQUERQUE, G. S. C. *et al.* Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 3, p. 1287-1300, 2018.

ARAÚJO T. M. *et al.* Fatores associados a alterações vocais em professoras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 1229-1238, 2008.

ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 427-449, 2009.

ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. 1-14, 2019.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BALDAÇARA, L. *et al.* Common psychiatric symptoms among public school teachers in Palmas, Tocantins, Brazil: An observational cross-sectional study. **São Paulo Medical Journal**, v. 41, n. 2, p. 153-167, 2018.

BORGES, L. O.; ARGOLLO, J. C. T. Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. **Avaliação psicológica**, v.1, n.1, p. 17-27, 2002.

BRANCO, J. C. *et al.* Prevalência de sintomas osteomusculares em professores de escolas públicas e privadas do ensino fundamental. **Fisioterapia em Movimento**, v. 24, n. 2, p. 307-14, 2011.

CARDOSO, J. P. *et al.* Prevalência de dor musculoesquelética em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, n. 4, p. 604-614, 2009.

CARDOSO, J. P. *et al.* Aspectos psicossociais do trabalho e dor musculoesquelética em professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 8, p. 1498-1506, 2011.

CARLOTTO, M. S. Síndrome de burnout em professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 403-410, 2011.

LIMA, F. F. R. C.; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.

<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

CARVALHO, V.; SANTOS, V.R. Estressores psicossociais e gênero em relação com transtornos mentais comuns e danos físicos relacionados ao trabalho docente. In. Congresso de Stress da ISMA-BR, 21., 2021, Online. **Anais...** 2021.

CEBALLOS, A. G. C.; SANTOS, G. B. Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 3, p. 702-715, 2015.

CORTEZ, P. A., et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 25, p. 113-122, 2017.

DELCOR, N. S., et. al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 1, p. 187-196, 2004.

GABANI, F. L. et al.. The most uncomfortable chronic pain in primary school teachers: differential between different body regions. **Brazilian Journal of Pain**, v. 1, n. 2, p. 151-157, 2018.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2679-2691, 2006.

GOES, R. L.; MASSON, M. L. V. **Percepção de professores sobre voz no trabalho**. 2020. (Dissertação) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

GOMES, L.; BRITO, J. Desafios e possibilidades do trabalho docente e a sua relação com a saúde. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v.6, n.1, p. 49-62, 2006.

GOUVEIA, V. V. *et al.* A utilização do QSG-12 na População Geral: estudo de sua validade de construto. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 19, n. 3, p. 241-248, 2003.

86

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.
<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

GOUVEIA, V. et al. Questionário de Saúde Geral (QSG-12): o efeito de itens negativos em sua estrutura fatorial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 375-384, 2012.

LUZ, J. G. et al. Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4621-4632, 2019.

MACHADO, L. C.; LIMONGI, J. E. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 17, n. 3, p. 325-34, 2019.

MANGO, M. S. M. et al. Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR). **Fisioterapia em Movimento**, v. 25, n. 4, p. 785-794, 2012.

MELO, S. D. G.; CIRILO, P. R.; PINTO, S. N. S. O ensino médio e o trabalho docente: características de Minas Gerais. **Poiésis**, v. 10, p. 102-129, 2016.

MENDES, A. M.; FERREIRA, M. C. Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento. In: Mendes, A. M. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

World Health Organization – WHO. Mental health at work: key facts. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-at-work>

PORTO, L. A. et. al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, p. 818-826, 2006.

REIS, E. J. F. B. et. al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1480-1490, 2005.

RIBEIRO, I. Q. B. et al.. Fatores ocupacionais associados à dor musculoesquelética em professores. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.35, n.1, p.42-64, 2011.

87

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.
<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

ROSSI, B. et. al. Fatores associados à disfonia crônica autorreferida por professoras. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 11, p. 411-416, 2019.

SÁ JÚNIOR, A. R.; WANG, Y. P. Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG). In: GORENSTEIN, C.; WANG, Y.P.; HUNGERBUHLER, I. (Orgs.). **Instrumentos de avaliação em saúde mental**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SANCHEZ, H. M. **Incidência de dor musculoesquelética em docentes do ensino superior**. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, 2013, p. 66-75.

SARRIERA, J. C.; SCHWARCZ, C.; CÂMARA, S. G. Bem-estar psicológico: análise fatorial da Escala de Goldberg (QSG-12) numa amostra de jovens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 9, p. 293-306, 1996.

SCANDOLARA, T. B. et al. Avaliação dos níveis de estresse e depressão em professores da rede pública do município de Francisco Beltrão - PR. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 19, n. 1, p. 31-38, 2015.

SEMMER, N. K., MEIER, L. L., & BEEHR, T. Aspectos sociais do trabalho: mensagens sociais diretas e indiretas que transmitem respeito ou desrespeito. In: ROSSI, A. M.; MEURS, J.; PERREWÉ, P. (Orgs.). **Stress e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, S. S. L. Principais patologias laríngeas em professores. **Distúrbios da Comunicação**, v. 30, n. 4, p. 767-775, 2018.

SOUZA, A. N.; LEITE, M. P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1105-1121.

TOSTES, M. V. et. al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde Debate**, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018.

VALLE, L. E. R.; REIMÃO, R.; MALVEZZI, S. Reflexões sobre psicopedagogia, estresse e distúrbios do sono do professor. **Revista de Psicopedagogia**, v. 28, n. 87, p. 237-245, 2011.

88

LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.
<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

VITOR, R. R. R.; SANTOS, L. S. V. Relações entre saúde e trabalho docente em uma escola pública. **Revista de Teorias e Práticas Educacionais**, vol. 3, n. 1, p. 18-27, 2014.

Artigo apresentado em: 25/09/2024

Versão final apresentada em: 29/03/2025

Aprovado em: 29/03/2025

89
LIMA, F.F.R.C; R. CARVALHO. *Condições de trabalho e saúde docente em escolas públicas*. R. Laborativa, v. 14, n. 1 p. 68-89, abr./2025.
<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>